

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO - RELACI (2022)

GESTÃO ADMINISTRATIVA DO EXERCÍCIO 2022

Wendel Sant'ana Lima

Presidente da Mesa Diretora

Daniele Marciana Pereira

Diretora Geral

Renan Nossa Gobbi

Procuradoria Geral

Patrícia de Arruda Pereira

Controladoria Geral

Adriana Trindade Ferreira

Diretora Contábil

Renan Nunes de Barros

Diretor Administrativo e Gestão de Pessoas

Luanara Loiola Lamas

Diretora dos Gabinetes

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO - RELACI (2022)

Emitente: Controladoria Geral da Câmara Municipal de Guarapari

Unidade Gestora: Poder Legislativo do Município de Guarapari

Gestor responsável: Wendel Sant'ana Lima - Presidente da Mesa Diretora

Exercício: 2022

1. Introdução

Nos termos do o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) referente ao exercício de 2022, aprovado através da Portaria nº 7.373/2022, publicada no Diário Oficial do Legislativo Municipal em 31/01/2022, foi elaborado o planejamento das atividades de auditoria para o ano, em especial, a realização de auditorias nos próprios Sistemas Administrativos de Controle Interno implantados, baseando-se nas rotinas descritas nas Instruções Normativas de cada Unidade Executora, bem como naqueles sistemas em que foram observados índices de riscos, materialidade e vulnerabilidade.

Desta feita, as atividades que foram elencadas no Plano Anual de Auditoria Interna possuem a finalidade de avaliar o cumprimento das Instruções Normativas editadas que compõem o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, realizando, inclusive, verificações de conformidade junto aos servidores que as utilizam, com vistas ao aprimoramento das normas e processos, garantindo maior eficácia da Gestão, de tal forma que os recursos públicos possam ser utilizados para garantir serviços de qualidade para a população.

Na tabela a seguir, apresentamos quais pontos de controle foram objeto de auditoria:

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa — realização sem prévio empenho	Processo nº 1450/2022 0603/2022 1720/2022 0520/2022	Lei nº 4.320/64, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	R\$ 13.530.299,48	R\$ 76.130,00

1.2.1	Registro por competência — despesas previdenciárias patronais	Processo nº 200/2023 Processo nº 404/2023	CF/88, art.40; LRF, art. 69; Lei 9717/98, art.1º; Lei 8.212/91.	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade, observando o regime de competência.	13 meses	2 meses
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal.	Processo nº 200/2023 Processo nº 404/2023	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 2.542/2005.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	13 meses	2 meses
1.2.4	Retenção e repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor.	Processo nº 200/2023 Processo nº 404/2023	CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9717/1998 art. 1º; Lei 8.212/1991; Lei Municipal nº 2.542/2005.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	13 meses	2 meses
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis — registro contábil compatibilidade com inventário	Processo nº 2917/2022	CRFB/88, art. 37, caput, c/c Lei 4.320/64, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	-	-
1.3.3	Disponibilidades financeiras — depósito e aplicação	Processo nº 200/2023	LC 101/2000, art. 43, c/c § 3º do art. 164 da CRFB/88	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	01 Instituição Financeira	01 (Banestes)
1.3.4	Disponibilidades financeiras — depósito e aplicação	Processo nº 200/2023	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	-	-
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Processo nº 200/2023 Processo nº 74/2023		Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser	02 quadrimestres	100%

			LC 101/2000, art. 42.	cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		
1.4.7	Despesas com pessoal — limite	Processo n°200/2023 Processo n°74/2023	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	12 meses	12 meses
1.4.10	Despesas com pessoal — limite prudencial — vedações	Processo n°200/2023 Processo n°74/2023	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	-	-
1.4.11	Despesas com pessoal — extrapolação do limite — providências/medidas de contenção	Processo n°200/2023 Processo n°74/2023	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88) foram adotadas.	-	-
1.4.13	Poder Legislativo Municipal — despesa com folha de pagamento	Processo n°200/2023 Processo n°74/2023	CRFB/88, art. 29-A, §1º	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	12 meses	12 meses
1.4.17	Despesas com pessoal — subsídio dos vereadores — fixação	Processo n°200/2023 Processo n°308/2023	CRFB/88, art. 29 inciso VI, alínea "d".	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	-	-
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Processo n°200/2023 Processo n°308/2023	CRFB/88, art. 29 inciso VI, alínea "d".	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	17 fichas financeiras	06 fichas financeiras
1.4.19	Despesas com pessoal -	Processo n°200/2023 Processo n°308/2023	CRFB/88, art. 29, inciso VII	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores	-	-

	remuneração vereadores			ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.		
1.4.20	Poder Legislativo Municipal — despesa total	Processo nº200/2023 Processo nº308/2023	CRFB/88, art. 29-A	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CF/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	-	-
1.5.1	Documentos integrantes da PCA — compatibilidade com o normativo do TCE	Processo nº 074/2023 076/2023 0199/2023 0200/2023	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas.	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	39 arquivos	39 arquivos
1.5.2	Segregação de Funções	Processo nº 520/2022	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	-	-
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Processo nº 2663/2022	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	11 Créditos Adicionais	07 Créditos Adicionais
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições ao RPPS.	Processo nº 404/2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	13 meses	2 meses
2.5.37	Registro de Admissões	Processo nº 199/2023	CRFB/88, art. 71 , III, e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não houve admissão no período.	-

2.6.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	-	CRFB/88, art. 37, inciso V, e Legislação específica do órgão	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	-	-
2.6.4	Pessoal – teto	Processo nº 199/2023 Processo nº 073/2023	CRFB/88, art. 37, inciso XI	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	283 Fichas financeiras	30 Fichas financeiras
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação.	Processo nº464/2023	Lei 8.666/199, Art. 24,25,26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	23 Processos	05 Processos

Deste modo, as auditorias foram realizadas visando mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Gestão.

Na tabela a seguir, apresentamos as especificações das auditorias realizadas em 2022:

Processo de Auditoria nº	Objeto Auditado	Órgão Auditado	Finalidade	Processos Administrativo
01/2022	Contratação direta – efetividade das contratações	Divisão de Compras, Contratos e Convênios	Avaliar os canais eletrônicos de transparência passiva e ouvidoria da Câmara Municipal de Guarapari, verificando se estão aptos ao registro de solicitações, denúncias, reclamações e pedidos de acesso a informação, especialmente através do e-SIC e do e-OUV	1450/2022 e 0603/2022
02/2022	Transparência Passiva (e-SIC e e-OUV)	Ouvidoria	Avaliar os canais eletrônicos de transparência passiva e ouvidoria da Câmara Municipal de Guarapari, verificando se estão aptos ao registro de solicitações, denúncias, reclamações e pedidos de acesso a informação, especialmente através do e-SIC e do e-OUV	Processo nº 1558/2022

03/2022	Efetividade das contratações	Divisão de Compras, Contratos e Convênios	Analisar a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de expediente (Papeleria), visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Guarapari/ES no decorrer do exercício de 2022.	Processo nº 1720/2022
04/2022	Segregação de Funções	Recursos Humanos e Contabilidade	Verificar se os processos de pagamento, efetuados pela Câmara Municipal de Guarapari no exercício de 2022, atendem o princípio da segregação de funções, repartindo as atribuições entre os servidores.	Processo nº 0520/2022
05/2022	Efetividade das contratações	Divisão de Compras, Contratos e Convênios	Analisar a contratação de empresa especializada para pelo fornecimento serviços de consultoria e assessoria técnica especializada na área de contabilidade pública, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Guarapari/ES	Processo nº 0520/2022
06/2022	Gestão Patrimonial	Divisão de Patrimônio e Almoxarifado	Avaliar se os bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis possuem registro contábil compatíveis com os registrados pela comissão de Inventário, verificando se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais realizadas pela Câmara Municipal de Guarapari - CMG	Processo nº 2917/2022
07/2022	Abertura de Créditos adicionais	_____	Verificar se houve abertura de Crédito Adicional Especial e/ou Suplementar pela Câmara Municipal de Guarapari, no exercício de 2022, respeitando-se a prévia autorização por meio de lei, a indicação dos recursos correspondentes e a sua formalização através de ato normativo (Decreto – Poder Executivo).	Processo nº 2663/2022

2. Auditorias

Considerando o universo a que se referem os pontos apontados neste relatório e tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no *item 01* desta manifestação, esta UCCI, com base na amostra selecionada, **não identificou achados de auditoria**, portanto, sem a necessidade de proposições, alertas e ou medidas de saneamento.

3. Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Não foi instaurada Tomada de Contas Especial no Exercício de 2022, pois a Unidade Central de Controle Interno não identificou dolo e/ou prejuízo ao erário.

4. Considerações finais

Por derradeiro, recomendou-se que sua Ex.^a, **O PRESIDENTE DA CÂMARA DE GUARAPARI/ES, QUE DISPONIBILIZE NA ÍNTEGRA O PRESENTE RELATÓRIO NO PORTAL DA CONTROLADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**, em atendimento ao disposto no art. 1º, parágrafo único, I, c/c art. 7º, VII, “b”, c/c art. 8º, §2º da Lei Federal nº 12.527/11, observando-se ainda o art. 31, §§ 1º e 2º c/c, art. 34, do mesmo diploma legal.

Guarapari/ES, 15 de março de 2023.

PAULO M. R. DE AGUIAR
Auditor Público Interno

RENAN NUNES BARROS
Controlador Geral